

# Os sistemas nacionais de proteção social alimentar

## *Comparação estrutural França-Brasil*

Poupard, Adam (\*)

(\*) Doutorando no EconomiX, Université Paris Nanterre, Nanterre, França.

[apoupard@parisnanterre.fr](mailto:apoupard@parisnanterre.fr)

**Classificação JEL:** P11, P16, P50, P52

## Resumo

Este artigo propõe uma definição e uma comparação estrutural dos sistemas nacionais de proteção social alimentar (SNPSA) na França e no Brasil, transpondo para o registro alimentar a descrição dos sistemas de proteção social de Théret (1997). Descrevemos os SNPSA como uma mediação entre as ordens econômica, política e reprodutiva diante da mercantilização conjunta da terra e da alimentação. A análise mostra que os dois países constituem dois tipos ideais opostos por meio da análise dos referenciais mobilizados na elaboração das políticas públicas, confrontando as análises indutiva e estrutural. A França representa uma aliança historicamente fraca entre as esferas reprodutiva e política no acesso à alimentação, ao passo que, no Brasil, esse acesso constitui um objeto importante da legitimação da ação do Estado federal. Explicamos essas diferenciações com base nas sincronias e assincronias dos movimentos sociais populares e rurais.

**Palavras-chave:** *Proteção social alimentar, comparação França-Brasil, mercantilização, institucionalização das políticas alimentares, Sécurité Sociale de l'Alimentation*

## Introdução

Na França, desde o pós-Covid, desenvolvem-se simultaneamente uma crise da renda agrícola e uma explosão da precariedade alimentar. A sincronia entre duas crises da reprodução social de grupos sociais heterogêneos é algo inédito no contexto francês e constitui terreno fértil para propostas políticas como a criação de um ramo de alimentação no âmbito da Sécurité sociale, sob o nome de Sécurité Sociale de l'Alimentation (SSA) (Chiffolleau, Akermann, Paturel, & Noël, 2023). Tal extensão nos leva a questionar o tipo de mediação que essa instituição produziria, em um registro historicamente negligenciado nas análises da proteção social. O registro<sup>1</sup> alimentar é central tanto para a reprodução biológica quanto para a pacificação ou, ao contrário, a desestabilização das economias políticas. Quando o acesso imediato à alimentação deixa de ser garantido, a legitimidade dos compromissos políticos vacila, e a acumulação

---

<sup>1</sup> Utilizamos o termo *registro*, tomado de (Théret, 1997), como uma manifestação, em um espaço mesoscópico, das mediações simbólicas entre as ordens econômica, política e doméstica. Acrescentamos o registro alimentar aos registros da moeda, do direito, da representação política e do sistema de mídia. A delimitação desse registro se sobrepõe à do *sistema alimentar* (Malassis, 2002), isto é, “a maneira como os seres humanos se organizam para produzir, distribuir e consumir seus alimentos”. Evitamos a formulação “agroalimentar”, que pode remeter especificamente à indústria de transformação ou à produção em seu conjunto.

econômica perde ao mesmo tempo a força de trabalho e a estabilidade política de que necessita. Se Scott (2019) mostra como o controle da agricultura e do abastecimento alimentar é necessário à estruturação dos primeiros Estados, e se Marx (1990 [1867], Section 8) mostra como a expulsão dos camponeses de suas terras é necessária à acumulação primitiva e à emergência do trabalho assalariado industrial, a terra e a alimentação desapareceram pouco a pouco da economia política dos países industriais (Friedmann, Daviron, & Allaire, 2016). No entanto, Tilly (1974) mostra como o Estado moderno se constrói como aparelho de garantia das subsistências alimentares, e Friedmann & McMichael (1989) mostram como as potências hegemônicas mundiais (Inglaterra e, em seguida, Estados Unidos) construíram sua dominação por meio do controle dos mercados agrícolas mundiais, *mediante* poderosas agriculturas de exportação integradas a seus complexos industriais e reduzindo o “custo” da reprodução social.

Maximizar o valor extraível do trabalho requer alimentação barata e, em última instância, uma “natureza barata” (Moore, 2015) e trabalho reprodutivo sub-remunerado, realizado essencialmente por *mulheres e nas colônias* (Mies, 2014), desde o trabalho alimentar doméstico até o trabalho camponês. Essa *cheap food* é possibilitada pela mercantilização avançada dos produtos alimentares e da própria terra, em outras palavras, por uma forma de desenraizamento no sentido de Polanyi (1944). A terra ocupa aí uma posição paradigmática: suporte ecológico e social da vida, ela é submetida a formas crescentes de apropriação exclusiva e valorização monetária, embora não tenha sido produzida para ser trocada, conforme aquilo que Polanyi chamava de mercadoria fictícia. De modo semelhante, a alimentação não vale apenas como bem mercantil. Ela é uma mercadoria “especial” (Wilkinson, 2015), pois envolve a reprodução social e biológica imediata. Por isso, seu preço está submetido a uma expectativa social específica, incompatível com sua mercantilização completa, como observa Thompson (1971) ao analisar os motins da fome como uma demanda por garantias sociais e políticas, uma verdadeira economia moral. Esse primeiro movimento de mercantilização suscita, em resposta, formas de contestação e proteção social. Atualmente, os *estudos agrários críticos* reinterpretam esse contramovimento por meio das resistências camponesas à mercantilização agroalimentar, bem como das mobilizações transnacionais pela soberania alimentar, que também abrangem o consumo alimentar (McMichael, 2023). Essas mobilizações são geralmente apreendidas no âmbito da abordagem dos *regimes alimentares internacionais* (Friedmann & McMichael, 1989), que insere a questão agrária na história do capitalismo mundial. Uma de suas expressões mais acabadas encontra-se na *Via Campesina* (Martínez-Torres & Rosset, 2010).

Nas escalas nacionais, esse duplo movimento provoca reconfigurações do campo político que levam à formação, por mudança institucional cumulativa, de Sistemas Nacionais de Proteção Social Alimentar (SNPSA). Definimos aqui os SNPSA não como o sistema alimentar em seu conjunto (Malassis, 2002), nem como o simples agregado das políticas alimentares, nem ainda como o equivalente já realizado, ou *já existente* (Delouette, Vasseur, & Pates, 2025), da proteção social da alimentação. Entendemo-los mais precisamente como os sistemas de mediações institucionais por meio dos quais o Estado, as coletividades territoriais, as organizações sociais e certos dispositivos mercantis socialmente regulados desmercantilizam parcialmente o acesso à alimentação e a reprodução das condições produtivas agrícolas, a fim de conter os efeitos socialmente desestabilizadores da mercantilização conjunta da terra e dos alimentos. Essa

definição permite distinguir analiticamente três níveis frequentemente confundidos: o sistema alimentar como totalidade socioeconômica, concebível no plano internacional; o SNPSA como sistema estrutural de mediações que organiza a reprodução e a coexistência de lógicas opostas no plano nacional; e a segurança/soberania alimentar como projetos políticos concorrentes (Bernstein, 2015; Wittman & Blesh, 2017), parcialmente convertidos em *referenciais* de ação pública.

Existem numerosas camadas de instrumentos de políticas públicas implementados pelo Estado ou pelas coletividades locais, que participam de um contramovimento à mercantilização do acesso à alimentação. Podemos agrupá-los por *setores*<sup>2</sup> da ação pública (Muller, 2005): compras públicas (1 - prestação de um serviço público), política assistencial (2 - ou da demanda) e política de desenvolvimento rural (3 - ou da oferta). Na lógica da preservação das condições ecológicas que permitem a produção agrícola e a reprodução social das populações rurais, incluímos as políticas ambientais do registro alimentar (4). Por fim, completamos o perímetro institucional do objeto analisado pela forma assumida pela governança do SNPSA (Figura 1).

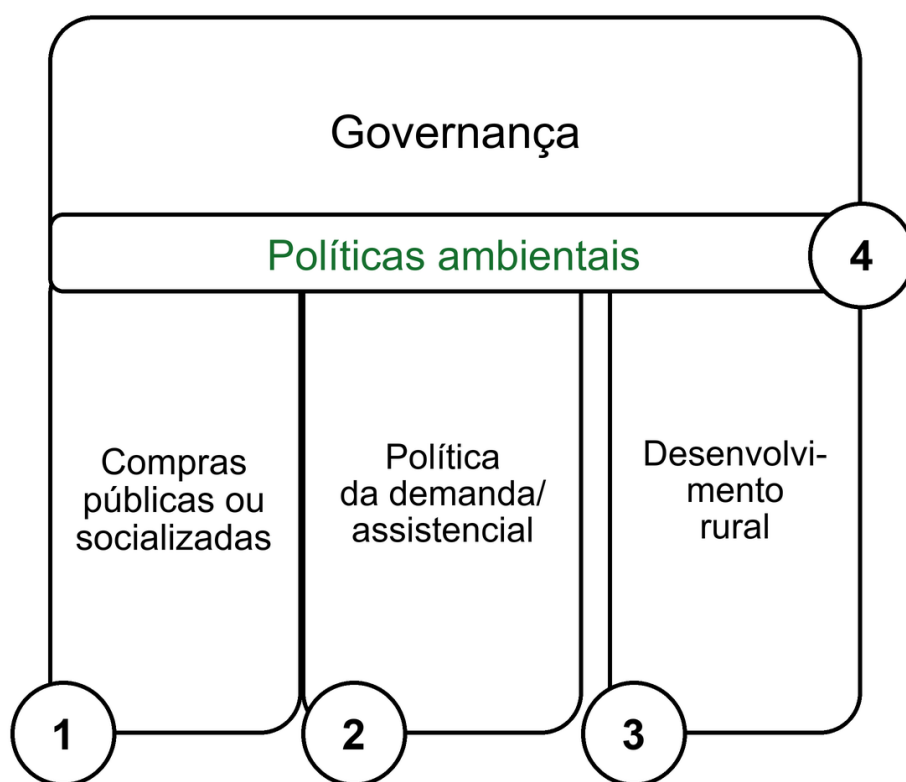


Figura 1 – Estrutura institucional dos SNPSA

Para ilustrar indutivamente a diversidade formal que os SNPSA podem assumir, exploraremos a comparação entre os sistemas francês e brasileiro (Tabela A1). O principal contraste diz menos respeito à presença ou à ausência de instrumentos do que à forma como são articulados. Na França, coexistem dispositivos que vão dos serviços de alimentação coletiva geridos pelas coletividades locais à assistência alimentar, amplamente baseada em um tecido associativo

<sup>2</sup> Isto é, por *campos* no sentido de Bourdieu, dotados de seus próprios atores, beneficiários, interesses e marcos cognitivos.

apoiado por financiamentos públicos, doações privadas e gasto tributário. As políticas agrícolas, sociais, sanitárias e ambientais permanecem pouco integradas em um mesmo referencial de segurança alimentar e carecem de coordenação efetiva (Le Morvan & Wanecq, 2019), apesar da criação dos *Projets Alimentaires Territoriaux* (PAT)<sup>3</sup>. O Brasil apresenta, ao contrário, um conjunto de instrumentos mais claramente articulado em uma arquitetura de segurança alimentar e nutricional. A alimentação escolar (PNAE)<sup>4</sup> e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>5</sup> combinam a prestação de um serviço público alimentar e o apoio à agricultura familiar<sup>6</sup>, *por meio* de cláusulas de compra. Os *bancos de alimentos* e as *cozinhas solidárias* prolongam essa lógica no que diz respeito ao acesso. Por fim, o *Bolsa Família*<sup>7</sup> atua como instrumento de ampliação da capacidade de compra da demanda popular, em um marco mais amplo coordenado pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Em suma, enquanto a França justapõe instrumentos pertencentes a lógicas setoriais distintas, o Brasil tende mais a fazê-los convergir em uma mesma gramática institucional, articulando produção, acesso, nutrição e participação social.

Comparar sistemas desse tipo, dotados de instrumentos heterogêneos e que atuam em escalas diferentes de um país para outro, apresenta dificuldades clássicas da comparação internacional. Seguindo Thérét (1997), não se trata, contudo, de considerá-las um simples obstáculo empírico, mas como sinal de que uma comparação pertinente não pode incidir nem sobre instrumentos isolados, nem sobre variáveis macroeconômicas tomadas como totalidades substantivas. Contra esse duplo escolho, Bruno Thérét propõe uma abordagem estrutural atenta aos níveis intermediários de mediação, nos quais se podem comparar não unidades empíricas diretamente dadas, mas relações entre ordens sociais. A comparação deve, assim, incidir sobre sistemas mesoscópicos de mediação, suficientemente abstratos para tornar comensuráveis formas nacionais heterogêneas e suficientemente concretos para restituir as modalidades históricas de sua institucionalização.

---

<sup>3</sup> Criados em 2014, são processos locais e concertados destinados a organizar um sistema alimentar na escala de um território. São frequentemente conduzidos por coletividades territoriais.

<sup>4</sup> Programa brasileiro de alimentação escolar. Baseia-se em uma transferência federal de recursos aos estados, municípios e escolas públicas para financiar refeições destinadas aos estudantes da educação básica, promovendo ao mesmo tempo a educação alimentar e nutricional. Desde 2009, 30% dos gastos federais são destinados à compra de alimentos provenientes da agricultura familiar.

<sup>5</sup> Dispositivo de compra pública de alimentos produzidos pela agricultura familiar. O Estado compra esses produtos, frequentemente por meio de procedimentos simplificados, a fim de apoiar a renda dos pequenos produtores e, ao mesmo tempo, abastecer equipamentos públicos ou populações em situação de insegurança alimentar.

<sup>6</sup> A expressão *agricultura familiar* é empregada aqui no sentido do direito brasileiro, e não como sinônimo de agricultura camponesa no sentido analítico. Essa categoria inclui juridicamente agricultores que possuem propriedades de pequena extensão, empregam essencialmente mão de obra da esfera familiar e obtêm renda principalmente agrícola. O perímetro preciso dessa categoria jurídica é objeto de uma luta política permanente pelo acesso aos direitos produtivos de numerosas categorias sociais e étnicas (Poupard, n.d.). Trata-se, portanto, de uma categoria *jurídico-política* de ação pública, e não de uma categoria *socioeconômica*; seu alcance é mais amplo do que o da agricultura camponesa, entendida como lógica de reprodução autônoma em relação aos mercados.

<sup>7</sup> Principal programa federal brasileiro de transferência monetária para famílias pobres, instituído em 2003. Organiza o pagamento regular de um benefício às famílias inscritas, condicionado à renda, ao acompanhamento de saúde e à frequência escolar. Alcança quase um quarto da população brasileira.

Nossa abordagem situa-se, assim, na interseção de duas famílias de trabalhos frequentemente mantidas separadas: de um lado, as abordagens da regulação e da comparação estrutural das mediações institucionais; de outro, os estudos agrários críticos atentos às contradições entre mercantilização, reprodução social, diferenciação de classe e busca de autonomia camponesa (Bernstein, 2014; McMichael, 2023; Jan Douwe van der Ploeg & Schneider, 2022). Nossa metodologia consiste, portanto, em transpor, por isomorfismo, para o registro alimentar a estrutura teórica dos Sistemas Nacionais de Proteção Social (SNPS) que Théret identifica para a proteção social (Théret, 1996). Trata-se de identificar, no registro alimentar, os elementos comuns e as especificidades das mediações da reprodução alimentar das populações, na interseção entre acumulação econômica, regulação política e reprodução doméstica. O objetivo não será, portanto, comparar termo a termo o RSA e o *Bolsa Família* ou o PAA e as compras públicas francesas, mas reconstruir as relações estruturais que os tornam comparáveis em cada formação nacional. Os instrumentos aparecerão, então, como realizações histórica e geograficamente diferenciadas de uma mesma estrutura de mediação, o que permite produzir uma comparação propriamente estrutural dos compromissos alimentares francês e brasileiro (Partes 1 e 2). Ilustraremos a utilidade desse marco por meio de uma leitura sociopolítica da produção da diversidade desses dois SNPSA (Parte 3).

## 1. A molécula do SNPSA e a mediação entre ordens

Realizar essa transposição estrutural para definir o SNPSA não significa simplesmente projetar o SNPS de Théret (1996) sobre seu subconjunto da política assistencial alimentar. Trata-se, antes, de reconstituir a mediação política que impede a dissolução da sociedade causada pela mercantilização conjunta da terra e da alimentação, enquanto o SNPS compensava a mercantilização do trabalho. Além disso, acompanhar o isomorfismo que vai da proteção social em seu conjunto à mediação especificamente alimentar insere-se no programa de pesquisa proposto por Lautier (2012). Este propõe aprofundar *objets* de direitos sociais como campos elementares de confrontação de interesses cuja cristalização produz novos dispositivos institucionais. O direito social em questão é o direito à alimentação adequada, defendido por movimentos internacionais de soberania alimentar, como a *Via Campesina*, mas também por movimentos nacionais, a exemplo do movimento por uma SSA na França ou do *Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional* no Brasil.

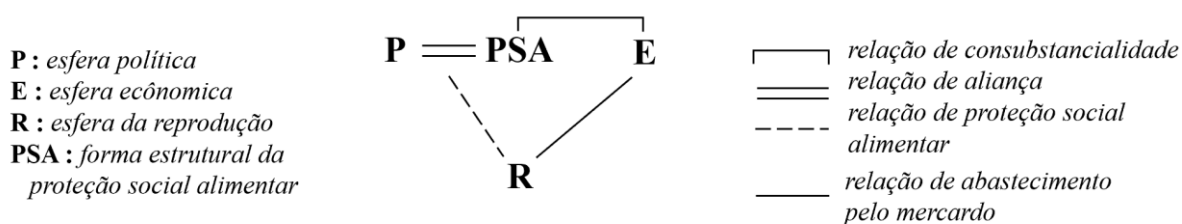


Figura 2 - Estrutura elementar da proteção social alimentar, adaptação de (Théret, 1996)

Esclareçamos desde já as três esferas no registro alimentar. A esfera da reprodução (R) não se limita apenas à reprodução biológica no âmbito doméstico. Na esteira das feministas da subsistência, sua lógica é a produção social da vida (Mies, 2014). Esta abrange, analiticamente, vários planos distintos. O primeiro é o da reprodução doméstica propriamente dita: preparo das refeições, compra, cocção, conservação, distribuição intrafamiliar das porções, cuidado alimentar de crianças, pessoas doentes e dependentes, bem como todo o trabalho de cuidado e de socialização alimentar. O segundo é o da reprodução comunitária, que inclui formas de ajuda mútua, cozinhas coletivas, redes de vizinhança, hortas e bens comuns alimentares. O terceiro é o da reprodução das unidades produtivas camponesas quando a atividade agrícola permanece orientada, antes de tudo, para garantir as condições de existência, manter uma base de recursos e assegurar a continuidade da unidade doméstica, em vez de visar à reprodução ampliada do capital (Bennholdt-Thomsen, 1982; J. D. van der Ploeg, 2008). A coerência dessa esfera não decorre, portanto, da homogeneidade empírica das atividades que reúne, mas de uma matriz de lógicas comuns: primazia da subsistência e da continuidade da vida social, orientação para garantir acesso regular à alimentação, manutenção das condições ecológicas e sociais de reprodução e limitação relativa da dependência das mediações mercantis. Nesse sentido, a produção camponesa de subsistência não é assimilada ao trabalho doméstico em sentido estrito, mas nela encontra seu lugar na medida em que participa, como outras atividades reprodutivas, da produção social da vida, em vez da valorização do valor. É precisamente isso que distingue a esfera da reprodução da esfera econômica (E), cuja lógica própria é a circulação mercantil e a reprodução ampliada do capital<sup>8</sup>.

É somente através das lentes deformadoras das lógicas da esfera econômica (E) (a valorização pela circulação de bens que permite a acumulação de capital) e da esfera política (P) (orientada pela acumulação de apoio político e pela formação de alianças majoritárias) que a atividade da esfera da reprodução se torna, respectivamente, reprodução de trabalhadoras e trabalhadores ou de sujeitos políticos. Inversamente, o funcionamento das esferas política e econômica depende das boas “condições de fundo” sociais e ecológicas asseguradas pela esfera da reprodução (Fraser, 2016). No registro alimentar, a esfera econômica (E) abrange as atividades de agricultura comercial, transformação, logística, distribuição e serviços de alimentação, mas também os mercados fundiários e todas as atividades de valorização financeira das commodities agrícolas e das terras; em suma, o *agronegócio*<sup>9</sup> ou a indústria agroalimentar. Entre esses dois tipos ideais há, evidentemente, um continuum, no nível de cada estabelecimento agrícola, de hibridização entre agricultura camponesa e comercial (Bernstein, 2010), mais ou menos polarizado para um ou outro polo conforme as situações nacionais<sup>10</sup> e dentro delas. Assim, as

---

<sup>8</sup> Longe da ideia de que já não existem camponeses nos países do centro (Mendras, 1992 [1967]), essa perspectiva insere-se na literatura dos estudos agrários críticos, que reconhece a persistência de uma condição camponesa caracterizada por sua lógica de reprodução, por uma base de recursos relativamente autocontrolada e pela resistência à dependência mercantil (J. D. van der Ploeg, 2008).

<sup>9</sup> O termo correspondente no português brasileiro é *agronegócio*. Designa o conjunto das atividades a montante e a jusante da produção de commodities agrícolas, além da própria produção agrícola.

<sup>10</sup> Evidentemente, essa descrição esquemática simplifica excessivamente outras dimensões e lógicas internas que contribuem para produzir a diversidade das formas de agricultura observadas, descritas, por exemplo, para o Brasil pelos herdeiros dos convencionalistas (Niederle, 2018) ou pelos regulacionistas dos espaços mesoagrícolas (Bartoli & Boulet, 1990). Contudo, permanecer em um nível de abstração próprio da análise estrutural permite concentrar-nos nas tendências estruturais e produzir as condições da comparação internacional.

formas assumidas pelas unidades produtoras frequentemente consideradas camponesas podem apresentar diferentes graus de inserção parcial nas lógicas econômicas dominantes do modo de produção capitalista.

A mediação alimentar (PSA) é consubstancial à esfera econômica, pois a expulsão dos camponeses de suas terras e de seus comuns alimentares, a formação das grandes cidades industriais e, em seguida, a mercantilização crescente da alimentação provocam uma crise permanente da reprodução alimentar, à qual respondem diversos dispositivos institucionais social e historicamente situados (Retière, 2021), relacionados tanto ao acesso socializado à alimentação quanto à terra. Assim como no estágio de gênese da proteção social, historicamente herdado, na França, das caixas de socorro mútuo, caixas patronais e sindicatos operários (Da Silva, 2022), esses primeiros dispositivos de proteção social alimentar são consubstanciais à ordem econômica, pois é o movimento imposto pela economia capitalista à alimentação que lhes confere uma função social de estabilização. Essa consubstancialidade com a esfera econômica é posteriormente acompanhada e complementada por uma relação de aliança com o Estado. Como mencionado acima, a garantia e a estabilização das colheitas de um ano para outro rapidamente se tornam uma função assumida pelo Estado (Tilly, 1974).

Na França, assim como no Brasil, o período que se estende do pós-guerra até os anos 1990 pode ser interpretado como uma sequência de modernização agrícola hegemônica pelo referencial norte-americano de produtividade e centrada nos territórios nacionais (Ansaloni & Allaire, 2016; Friedmann & McMichael, 1989). A segurança alimentar é inicialmente concebida como uma abundância mercantil que oferece uma solução para a fome, apoiada em um sistema imperialista de ajuda alimentar e ajuda ao desenvolvimento que difunde a “Revolução Verde” no Sul Global, sob dependência de tecnologias norte-americanas (Bernard de Raymond & Thivet, 2021). Na França, a modernização é institucionalizada pela cogestão entre o Estado, a FNSEA e o Centre National des Jeunes Agriculteurs (CNJA), desde as leis de orientação de 1960-1962 e a implementação da primeira PAC. Essa configuração torna as organizações majoritárias interlocutores privilegiados do Estado e estabiliza um referencial produtivista duradouro. Simultaneamente, os segmentos a jusante do sistema alimentar se reestruturam em torno da grande distribuição. Essa expansão acompanha a generalização de uma relação de abastecimento na qual o acesso à alimentação ocorre prioritariamente pelo mercado e por cadeias longas, padronizadas e industrializadas. No Brasil, observa-se uma dinâmica homóloga. A modernização impulsionada sobretudo durante a ditadura militar articula crédito rural, pesquisa agrônoma, especialização produtiva e integração agroindustrial. No âmbito alimentar, o sistema de abastecimento também se desloca para a grande distribuição. As décadas de 1960 a 1980 são dominadas por um referencial produtivista e de abastecimento centrado na oferta, na modernização agrícola e na circulação mercantil dos alimentos. Em ambos os casos, a segurança alimentar dominante consiste em uma inserção segura da alimentação no mercado, governada pelo Estado em aliança com as organizações agrícolas dominantes, a agroindústria e, cada vez mais, a grande distribuição (relação de abastecimento pelo mercado E-R). Representamos esse acesso semelhante à produção do enquadramento político dominante (dos “referenciais” de políticas públicas (Jobert & Muller, 1987)) pela relação [PSA←E] na Figura 3. Esse vínculo sintetiza a tendência estrutural de produção de uma política pública que favorece

a cogestão técnica de uma agricultura voltada à padronização e à exportação e, mais recentemente, a formas de empresarialização e financeirização (Purseigle, Nguyen, & Blanc, 2017). Foi a análise dessa tendência estrutural que levou a sociologia rural a anunciar o desaparecimento dos camponeses (Mendras, 1992 [1967]) nos anos 1960 na França. Nos dois países, essa cogestão se traduz por um controle quase total dos ministérios da agricultura (MASA na França, MAPA no Brasil) pelas organizações patronais dominantes de uma agricultura integrada à agroindústria e aos mercados internacionais.

No entanto, deter-se nessas tendências estruturais oculta formas de resistência, produção e solidariedade decisivas no sistema alimentar, sem as quais revoltas da fome eclodiriam permanentemente. Esse duplo movimento polanyiano aparece quando a mercantilização da alimentação e da agricultura suscita formas protetoras de reenraizamento, como a constituição de estoques, a assistência alimentar, mas também o retorno da questão camponesa e, nos termos de Jan Douwe van der Ploeg (2008 & 2018), processos de *recampesinização*. Estes se baseiam na busca de autonomia em relação aos mercados de insumos, ao crédito, às empresas e aos circuitos longos. Na França, esse contramovimento se expressa, desde os anos 1970, nas lutas camponesas, como a do Larzac, e por uma via alternativa à dupla FNSEA-CNJA: a dos “paysans travailleurs”, territorialmente enraizados e prestadores de serviços ambientais (Lambert, 1970). Esses movimentos sociais contribuiriam para legitimar práticas como a agricultura orgânica, que apareceria nas leis de orientação agrícola já nos anos 1980. No mesmo referencial, a busca de autonomia favoreceria a estruturação das AMAP, dos circuitos curtos ou de sistemas agroalimentares alternativos. Mais recentemente, os Projets Alimentaires Territoriaux (PAT) passaram a institucionalizar um referencial que reúne agricultura e alimentação em um mesmo espaço territorial, o qual permaneceu minoritário apesar de uma “virada territorial” no discurso durante os anos 1990 (Darrot, Maréchal, & Bréger, 2019). No Brasil, a mesma lógica assume uma forma mais fortemente estatizada. A partir dos anos 1990-2000, o reconhecimento da agricultura familiar e, depois, a ascensão das políticas de segurança alimentar e nutricional articulam a reprodução camponesa a dispositivos públicos de compra, crédito e garantia de acesso aos alimentos (Sencebe & Pinton, 2020). Em termos abstratos, essas duas contratrajetórias correspondem a uma mesma relação de proteção alimentar. A alimentação deixa de ser apenas uma mercadoria obtida por meio da renda e volta a ser, parcialmente, uma relação socialmente garantida, seja por mediações domésticas e associativas, seja por mediações públicas (relação PSA-R).

## 2. França-Brasil: dois tipos ideais que traduzem duas trajetórias histórico-institucionais muito distintas

A aplicação do referencial agroalimentar produtivista resulta em um acesso mais generalizado à alimentação por meio das grandes e médias redes de distribuição e uma alimentação composta por uma proporção maior de produtos processados. Essas duas dinâmicas concentram o valor agregado do sistema alimentar nos elos intermediários da transformação, logística e distribuição de alimentos. Tanto em um país quanto no outro, emerge um contramovimento, com elementos discursivos comparáveis (questão camponesa, preocupações ambientais e sanitárias). No entanto, as formas concretas são bastante diferentes. Evidentemente, concentrar a comparação

no registro alimentar e na escala nacional não deve apagar as inúmeras diferenças entre a França, país industrializado do centro capitalista, e o Brasil, formação semiperiférica exportadora de matérias-primas, especialmente agrícolas. Essas diferenças não decorrem apenas de propriedades internas às duas sociedades nacionais: remetem, antes de tudo, à sua inserção historicamente diferenciada no comércio internacional desde a colonização e o tráfico de pessoas escravizadas (Furtado, 1959). Se a escala nacional permite compreender a estrutura das mediações alimentares das tensões reprodutivas no cerne dos compromissos federais e da formação dos Estados, é preciso ter em mente que seus sistemas alimentares não são fechados, mas ocupam duas posições distintas em uma divisão internacional da produção agrícola estruturada por uma dialética centro-semiperiferia-periferia (Tausch & Althouse, 2025; Wallerstein, 1974).

Essa inserção assimétrica na economia-mundo se traduz em condições muito diferentes de construção da proteção social. A baixa universalização dos direitos sociais no Brasil não pode ser compreendida independentemente da heterogeneidade estrutural: a coexistência de setores modernos, produtivos e internacionalizados com amplos espaços de emprego informal ou de baixa produtividade restringe a base salarial, contributiva e fiscal de um sistema de proteção social fundado no emprego formal (CEPAL, 2012). Enquanto a França herda um SNPS oriundo do compromisso fordista, apoiado em um amplo assalariamento e relativamente próximo da universalidade, o Brasil entra nos anos 1990 com um SNPS mais fragmentado, corporativista e limitado pela extensão da informalidade. Essa segmentação produtiva e social encontra expressão particularmente nítida no mundo agrário, marcado pela herança latifundiária, pela concentração fundiária e pelo peso macroeconômico da agroexportação. Essas diferenças não reduzem o interesse da comparação; ao contrário, permitem apreender as condições históricas diferenciadas nas quais se constroem os sistemas de solidariedade alimentar.

Se, em ambos os casos, o aprofundamento da mercantilização da alimentação levou a sociedade civil a se organizar coletivamente para garantir o abastecimento alimentar em última instância, as mediações políticas que produzem essa organização são muito diferentes. As duas principais diferenças, de um ponto de vista estrutural, são, de um lado, a articulação entre a pequena produção agrícola, de caráter camponês, e a assistência alimentar e, de outro, o vínculo entre o Estado e as pessoas envolvidas. Na França, desde os anos 1980, a política de assistência alimentar está inteiramente submetida ao referencial da agricultura comercial. As associações habilitadas asseguram o essencial da distribuição, com o apoio de doações privadas, reduções fiscais, compras públicas e financiamentos europeus, enquanto parte importante do abastecimento provém de produtos não vendidos ou de doações da grande distribuição e das empresas agroalimentares. Com efeito, da loi Coluche à loi Garot, são as associações que se encarregam da ajuda alimentar. Estas se beneficiam de incentivos fiscais sobre seu financiamento direto, do abastecimento proveniente dos produtos não vendidos e doados com benefícios fiscais pela grande distribuição, bem como de auxílios europeus por meio do fundo FSE+. Os dispositivos recentes (loi EGalim, PAT, Cocolupa, programme Mieux manger pour tous) certamente criam pontes entre qualidade alimentar, alimentação coletiva, territorialização e combate à precariedade, mas permanecem fragmentários e não constituem um equivalente funcional dos mercados institucionais brasileiros.

No Brasil, ao contrário, as políticas alimentares oriundas da sequência do plano *Fome Zero*, após a chegada de Lula ao poder em 2003, integraram mais estreitamente a assistência alimentar, a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento rural. O PAA organiza a compra pública direta de produtos da agricultura familiar para redistribuí-los a equipamentos ou organizações que atendem populações em situação de insegurança alimentar; a alimentação escolar tornou-se progressivamente um mercado institucional para a agricultura familiar, com um percentual mínimo legal que passou de 30% para 45% dos recursos federais a partir de 2026. Essa arquitetura confere à política alimentar uma função de mediação entre reprodução social, compras públicas e reconhecimento político da agricultura familiar. Contudo, ela não elimina as contradições agrárias brasileiras. Antes, sinaliza a institucionalização parcial de um referencial concorrente dentro de uma economia política duradouramente estruturada pelo poder do agronegócio, pela conflitividade fundiária e pela coexistência de várias ordens sociais agrícolas (Niederle, 2018; Sauer & Mészáros, 2017; Wittman & Blesh, 2017).

Elevando o nível de abstração, já podemos destacar que existe, tanto na França quanto no Brasil, uma clara dominação do referencial da segurança alimentar e da agricultura produtivista na condução histórica das políticas agrícolas, simbolizada pelo vínculo [PSA←E] nas duas moléculas (Figura 3). Na França, o nível superior é polarizado em direção à esfera econômica ([-,+]). De fato, as lógicas que melhor descrevem a proteção alimentar são, em geral, deixadas aos atores privados, com uma intervenção pública amplamente subordinada aos interesses da agricultura comercial e da indústria agroalimentar, embora quantitativamente importante. No Brasil, ao contrário, embora o *agronegócio* exerça amplo controle sobre a política agrícola destinada às grandes propriedades, a proteção alimentar responde a um referencial autônomo e enraizado, articulado à assistência social e ao desenvolvimento agrário e gerido por dois ministérios autônomos em relação ao Ministério da Agricultura e Pecuária. Esses dois ministérios são o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, complementados por um conselho específico de democracia participativa (o Consea). Além dessa autonomização, uma câmara interministerial assegura a coerência da ação do Estado federal no combate à fome, colocando-o, *de facto*, no centro da ação social. Quanto ao nível inferior da molécula do SNPSA, a produção de referenciais para a ação pública contra a fome está sujeita a uma dialética constante entre o local e o federal, entre movimentos sociais e servidores públicos no âmbito do Consea (Sencebe & Pinton, 2020). Embora o abastecimento pelo mercado tenha se expandido consideravelmente no Brasil e faça parte das tendências estruturais descritas acima, a proteção, em última instância, das pessoas mais vulneráveis integra, sob Lula, uma política social integrada e participativa, que vai muito além do papel de simples rede de proteção. Na França, ao contrário, o nível inferior é marcado por uma polarização inversa: o abastecimento pelo mercado é ultradominante e, apesar de espaços de discussão como os *états généraux* de l'alimentation criados recentemente, os referenciais relativos à ajuda alimentar são sistematicamente herdados de outros referenciais provenientes de outros domínios da ação pública (combate ao desperdício, assistência social).

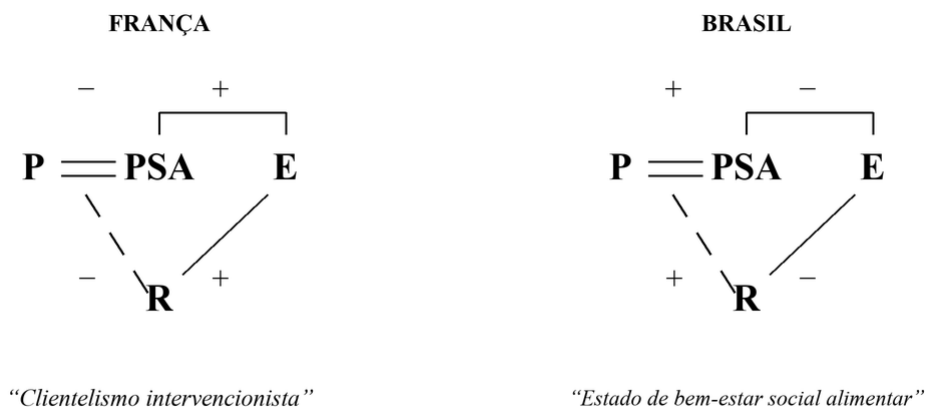


Figura 3 - Dois tipos ideais de proteção social alimentar

Esta análise permite mostrar, por meio dessas duas polarizações, um tipo ideal brasileiro no qual a proteção alimentar é um componente essencial da ação do Estado e o núcleo não mercantil [P-PSA-D] da solidariedade alimentar constitui uma importante fonte de legitimação do Estado. Embora o Brasil nunca tenha visto surgir, fora do trabalho assalariado formal, um Estado de bem-estar social universal comparável aos *Estados de bem-estar social* europeus, o SNPSA, assim como o Sistema Único de Saúde (SUS), aparece, contudo, como testemunho de uma relação de aliança entre a proteção social, a esfera política e a esfera da reprodução, própria de contextos de países da semiperiferia como o Brasil. Essa participação política popular na elaboração dos referenciais de proteção alimentar no Brasil pode ser vista como uma conflitualização do registro alimentar capaz de tornar visíveis as relações de classe subjacentes. Nesse sentido, pode-se ver nela mais do que uma simples regulação da pobreza funcional à acumulação (Lautier, 1995). O tipo ideal francês, ao contrário, é marcado por um abandono histórico do registro da alimentação como campo designado do núcleo não mercantil [P-PSA-D], enquanto a alimentação permanece essencialmente submetida a uma cogestão corporativista e amplamente subordinada à acumulação.

### 3. As fontes sociopolíticas da diferenciação: algumas pistas

Como compreender a maior estatização e integração da política de proteção alimentar no Brasil em comparação com a França? Esta análise estrutural e a identificação dos tipos ideais dela decorrentes permitem identificar diferenças na gênese e na formação, em escala nacional, dos sistemas de proteção social alimentar. Contudo, ela não fixa de modo determinista as causas profundas dessas diferenciações. De acordo com a ideia de que as crises e os compromissos dentro da ordem política são a fonte da mudança institucional (Amable & Palombarini, 2023; Boyer, 2003), buscaremos essas fontes nas dinâmicas de aliança e reconfiguração da ordem política que produzem a diversidade das instituições de proteção alimentar.

A forma do SNPSA no Brasil pode ser compreendida, em primeiro lugar, a partir de uma sincronia histórica entre, de um lado, a crise da reprodução social do campesinato e, de outro, a do subproletariado das periferias das grandes cidades. Com efeito, a ditadura militar (1964-

1985) interrompeu as mobilizações rurais e consolidou uma aliança com a burguesia latifundiária por meio da repressão aos movimentos sindicais e camponeses do meio rural (Houtzager, 1998). Ao mesmo tempo, foi implementado um amplo plano de *modernização conservadora*, mediante a difusão de um pacote tecnológico que resultou na concentração fundiária e na expulsão de numerosos pequenos produtores (Martine, 1991). Isso alimentou um rápido êxodo rural, sem que o emprego industrial absorvesse a força de trabalho disponibilizada pela explosão da população das grandes cidades, ao mesmo tempo que a ditadura multiplicava os ataques aos direitos trabalhistas (Lara & Silva, 2015). Essa arquitetura institucional herdada, combinada com a abertura comercial e a liberalização dos anos 1990, levou a uma crise simultânea dos proletariados urbanos e dos pequenos produtores agrícolas dos ramos expostos à concorrência (Helfand & Castro De Rezende, 2001). Esse contexto condensou tensões antes mais dispersas e favoreceu alianças entre movimentos sociais, com primeiras vitórias como a criação de crédito rural destinado à agricultura familiar (PRONAF) e de programas sociais ligados à fome. Foi nesse terreno socioeconômico que Lula construiu uma estratégia política que combinava uma política macroeconômica conservadora e um reformismo social gradual, com forte componente dedicado às questões agrárias e alimentares (Singer, 2009). Essa estratégia permitiu que seu partido, o PT, agregasse amplo apoio popular e permanecesse no poder por 13 anos (2003-2016). Essa longevidade pode ser interpretada pela inclusão dos componentes camponeses e populares do movimento social em arenas de democracia participativa, dando-lhes acesso à produção de referenciais para a elaboração dos programas de proteção alimentar. No médio prazo, essas arenas prolongaram a sincronia inicial dos movimentos sociais no Brasil e certa relação de aliança e cogestão da política alimentar com o Executivo. Essa aliança de fato pode ser analisada como a estabilização de um bloco social *lulista* (Poupard, n.d.). É preciso, contudo, ressaltar que a coexistência de um referencial dominante [PSA←E], imposto pelo *agronegócio*, e de um referencial concorrente de segurança alimentar e nutricional (polarização R-PSA-P) constitui um fator de conflitividade cujos sintomas reaparecem assim que o espaço da mediação política se reduz. Com efeito, a dominação política do *agronegócio* no espaço mesoeconômico agrícola traduz-se em acesso privilegiado aos recursos públicos. O compromisso e a emergência da política de segurança alimentar e nutricional só são possíveis pela expansão do espaço fiscal propiciada pela dinâmica macroeconômica favorável dos anos 2000. Quando o espaço fiscal volta a se reduzir, os interesses políticos do bloco dominante se fazem sentir, e a política social sofre as consequências. Foi o que ocorreu durante a crise brasileira de 2013, que culminou na destituição da presidenta do PT, Dilma Rousseff, impulsionada em especial pela frente parlamentar ruralista.

A França pós-fordista apresenta, ao contrário, uma assincronia duradoura entre as expectativas sociais alimentares e agrícolas. De um lado, o período fordista estabilizou, em linhas gerais, um regime de melhoria das rendas em geral e de produção de alimentos baratos; de outro, organizou uma modernização agrícola que combinava capitalização e proteção social *ad hoc*, cogestada desde os anos 1960 pelo Executivo e pelos representantes patronais da categoria (Allaire, 1988). A questão alimentar só retornaria após a crise do fordismo, e o referencial das políticas públicas de ajuda permaneceria duradouramente marginalizado, delegado a associações e tratado como puramente assistencial (Retière, 2021). Essa assincronia entre o desenvolvimento do trabalho

assalariado e de sua proteção social, de um lado, e o desenvolvimento da profissão de agricultor-empresário, de outro, favoreceu uma assincronia das crises regulares enfrentadas por esses dois mundos. Apesar do retorno da questão camponesa nos anos 1970, não surgiu nenhuma aliança de grande amplitude entre movimentos sociais camponeses e classes populares. Essa assincronia histórica entre movimentos rurais e urbanos na França, combinada à extrema marginalização do trabalho agrícola assalariado, não reuniu, até hoje, as condições para a construção de uma estratégia política capaz de acessar a produção de referenciais e de políticas públicas.

## Conclusão

A situação francesa pode ser analisada como uma verdadeira crise da reprodução no registro alimentar. Seus indícios são uma proletarização combinada das classes populares e de parte da agricultura. De um lado, embora a explosão do recurso à ajuda alimentar nos últimos dez anos seja regularmente interpretada sob o ângulo da precarização<sup>11</sup>, ela pode ser vista como uma proletarização aprofundada. Com efeito, a perda de autonomia econômica ligada à desaceleração econômica, ao baixo crescimento dos salários e ao desemprego persistente, bem como os gastos incompressíveis nos outros campos do consumo, levam a considerar a alimentação como variável de ajuste de última instância e, portanto, a renunciar à aquisição, pelo mercado, de uma alimentação saudável e adequada (Paturel, 2018). No lado da agricultura, dois sintomas marcantes revelam uma proletarização que ainda precisa ser estudada e definida em detalhe. Em primeiro lugar, o emprego assalariado não familiar, marcado por condições muito precárias, cresce e deverá tornar-se a forma majoritária de trabalho no setor agrícola nos próximos anos. Em segundo lugar, aprofunda-se um abismo entre os agricultores vencedores da globalização e dos tratados de livre-comércio e os perdedores. Esse abismo se cristaliza no enfraquecimento do sindicalismo majoritário nas últimas eleições profissionais. Essa sincronia excepcional das crises da reprodução no pós-Covid constitui uma janela política para a construção de novas estratégias políticas. É sem dúvida isso que explica o sucesso das tentativas de politização conjunta da fome e da agricultura. A SSA constitui uma dessas tentativas, embora a inclusão das classes populares nos experimentos de classe ainda seja incipiente. Diante de leituras homogeneizantes do mundo rural, ainda é preciso apreender corretamente as relações de classe que atravessam o mundo rural para pensar os possíveis espaços de aliança (Bernstein, 2010).

Um segundo eixo ainda a explorar é o da dialética entre as iniciativas locais e o SNPSA. A política brasileira é historicamente muito mais descentralizada (Bizberg & Thérêt, 2012) do que a política francesa. A reconsolidação do Estado sob Lula ocorre *por meio de* uma dialética local-federal que favorece a participação nos programas sociais e, portanto, integra dimensões mais emancipadoras (Fraser, 2013). Isso se traduz na governança do SNPSA, que herdou um conselho de democracia participativa típico da política *lulista*, o Consea. Este é composto em grande parte por membros da sociedade civil, que podem traduzir seus interesses políticos em referenciais de ação pública *por meio de* jogos de coalizões. Atualmente, na França, as caixas

---

<sup>11</sup> A proporção de famílias que afirmavam poder comer todos os alimentos que desejavam caiu de 48% para 39% entre abril de 2021 e outubro de 2022, e o número de beneficiários dos Banques Alimentaires aumentou de 1,8 milhão em 2014 para 2,4 milhões em 2024.

locaux enfrentam dificuldades de financiamento, do qual participam coletividades territoriais, contribuintes das caixas e outros financiadores oriundos da filantropia privada (Delouette et al., 2025). A relação entre o coletivo nacional por uma SSA e a coordenação entre caixas ainda está em construção. Ela poderia muito bem constituir o locus político em que se construiria uma nova relação com o Estado (e com a PAC europeia), mais descentralizada, no registro alimentar.

## Referências bibliográficas

- Allaire, G. (1988). Le modèle de développement agricole des années 1960.
- Amable, B., & Palombarini, S. (2023). Multidimensional social conflict and institutional change. *New Political Economy*, 28(6), 942-957.
- Ansaloni, M., & Allaire, G. (2016). La grande transformation des politiques agricoles anglaise et française : Une sociologie de l'hégémonie économique. *Revue de la régulation. Capitalisme, institutions, pouvoirs*, (20).
- Bartoli, P., & Boulet, D. (Éds). (1990). Conditions d'une approche en termes de régulation sectorielle : Le cas de la sphère viticole. *Cahiers d'Economie et de Sociologie Rurales (CESR)*.
- Bennholdt-Thomsen, V. (1982). Subsistence production and extended reproduction. A contribution to the discussion about modes of production. *The Journal of Peasant Studies*, 9(4), 241-254.
- Bernard de Raymond, A., & Thivet, D. (2021). *Un monde sans faim* (Presses de Sciences Po). (S.l.): (s.n.).
- Bernstein, H. (2010). *Class Dynamics of Agrarian Change*. Halifax, N.S. : Sterling, VA: Kumarian Press.
- Bernstein, H. (2014). Food sovereignty via the 'peasant way' : A sceptical view. *The Journal of Peasant Studies*, 41(6), 1031-1063.
- Bernstein, H. (2015). Food Regimes and Food Regime Analysis : A Selective Survey. Communication présentée au Land grabbing, conflict and agrarian-environmental transformations: perspectives from East and Southeast Asia, Chiang Mai, Thailand.
- Bizberg, I., & Théret, B. (2012). La diversité des capitalismes latino-américains : Les cas de l'Argentine, du Brésil et du Mexique. *Revue de la régulation. Capitalisme, institutions, pouvoirs*, (11).
- Boyer, R. (2003). Les analyses historiques comparatives du changement institutionnel : Quels enseignements pour la théorie de la régulation ? Dans *L'Année de la régulation n° 7* (2003-2004) (pp. 167-203). (S.l.): Presses de Sciences Po.
- CEPAL. (2012). *Eslabones de la desigualdad Heterogeneidad estructural, empleo y protección social*. CEPAL.
- Chiffolleau, Y., Akermann, G., Paturel, D., & Noël, J. (2023). Des circuits courts à la sécurité sociale de l'alimentation : Économies concrètes et récit politique pour la solidarité alimentaire. *Lien social et Politiques*, (90), 310-329.
- Da Silva, N. (2022). *La bataille de la Sécu : Une histoire du système de santé*. Paris: La fabrique éditions.
- Darrot, C., Maréchal, G., & Bréger, T. (2019). *Rapport sur les Projets Alimentaires Territoriaux (P.A.T.) en France : Etat des lieux et analyse*. Agrocampus Ouest : Rennes: Institut Hanseo-Agrico.
- Delouette, I., Vasseur, C., & Pates, C. (2025). Protection sociale de l'alimentation : L'enjeu des financements pour construire des communs socio-écologiques. *Revue française des affaires sociales*, 254(4), 209-230.

- Fraser, N. (2013). A Triple Movement? *New Left Review*, (81), 119-132.
- Fraser, N. (2016). Contradictions of Capital and Care. *New Left Review*, (100), 99-117.
- Friedmann, H., Daviron, B., & Allaire, G. (2016). "Political economists have been blinded by the apparent marginalization of land and food". *Revue de la régulation. Capitalisme, institutions, pouvoirs*, (20).
- Friedmann, H., & McMichael, P. (1989). Agriculture and the State System : The Rise and Decline of National Agriculture. *Sociologia Ruralis*, 29, 93-117.
- Furtado, C. (1959). *Formação Econômica do Brasil*.
- Helfand, S. M., & Castro De Rezende, G. (2001). Brazilian Agriculture in the 1990s : Impact of the Policy Reforms. *SSRN Electronic Journal*.
- Houtzager, P. P. (1998). State and Unions in the Transformation of the Brazilian Countryside, 1964-1979. *Latin American Research Review*, 33(2), 103-142.
- Jobert, B., & Muller, P. (1987). *L'État en action : Politiques publiques et corporatismes* (1re éd). Paris: Presses universitaires de France.
- Lambert, B. (1970). Les paysans dans la lutte des classes. (S.l.): Seuil, coll. « Politique ».
- Lara, R., & Silva, M. A. da. (2015). A ditadura civil-militar de 1964 : Os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, 275-293.
- Lautier, B. (1995). Les malheureux sont les puissants de la terre. *Revue Tiers Monde*, XXXVI(142), 383-409.
- Lautier, B. (2012). La diversité des systèmes de protection sociale en Amérique latine. *Revue de la régulation. Capitalisme, institutions, pouvoirs*, (11).
- Le Morvan, F., & Wanecq, T. (2019). La lutte contre la précarité alimentaire. Evolution du soutien public à une politique sociale, agricole et de santé publique. (Rapport No. 2019- 069R). IGAS.
- Malassis, L. (2002). *Nourrir les hommes : Un exposé pour comprendre, un essai pour réfléchir*. Paris: Flammarion.
- Martine, G. (1991). A trajetória da modernização agrícola : A quem beneficia? *Lua Nova : Revista de Cultura e Política*, 7-37.
- Martínez-Torres, M. E., & Rosset, P. M. (2010). La Vía Campesina : The birth and evolution of a transnational social movement. *The Journal of Peasant Studies*, 37(1), 149-175.
- Marx, K. (1990). *Capital : Volume I*. London: Penguin Classics.
- McMichael, P. (2023). Updating Karl Polanyi's 'double movement' for critical agrarian studies. *The Journal of Peasant Studies*, 50(6), 2123-2144.
- Mendras, H. (1992). La fin des paysans ; suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après. Le Méjan, Arles : Bruxelles : [Lausanne]: Actes Sud.
- Mies, M. (2014). *Patriarchy and accumulation on a world scale : Women in the international division of labour*. London: Zed Books Limited.
- Moore, J. W. (2015). *Capitalism in the web of life : Ecology and the accumulation of capital*. London: Verso.
- Muller, P. (2005). Esquisse d'une théorie du changement dans l'action publique: Structures, acteurs et cadres cognitifs. *Revue française de science politique*, 55(1), 155-187.
- Niederle, P. (2018). A pluralist and pragmatist critique of food regime's genealogy : Varieties of social orders in Brazilian agriculture. *The Journal of Peasant Studies*, 45(7), 1460-1483.
- Paturel, D. (2018). Faut-il continuer à nourrir les pauvres ? : L'accès à une alimentation de qualité comme enjeu démocratique pour le travail social. *Le Sociographe*, 62(2), 13-22.
- Polanyi, K. (1944). *La grande transformation : Aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris: Gallimard.

- Poupard, A. (n.d.). Grandeur et décadence du système national de protection sociale alimentaire brésilien : Une relecture régulationniste.
- Purseigle, F., Nguyen, G., & Blanc, P. (2017). Le nouveau capitalisme agricole : De la ferme à la firme. Paris: Sciences po, les presses.
- Retière, J.-N. (2021). Nourrir les pauvres : Les quatre âges de l'aide alimentaire. *Vie sociale*, 36(4), 23-35.
- Sauer, S., & Mészáros, G. (2017). The political economy of land struggle in Brazil under Workers' Party governments. *Journal of Agrarian Change*, 17, 397-414.
- Scott, J. C. (2019). *Homo domesticus—Une histoire profonde des premiers Etats*. Traduction par M. Saint-Upéry, Paris: La découverte.
- Sencebe, Y., & Pinton, F. (2020). 4. Gouverner la sécurité alimentaire au Brésil, une approche sociale et participative des politiques alimentaires. Dans È. Fouilleux & L. Michel (Éds), *Quand l'alimentation se fait politique(s)* (pp. 103-121). Rennes: Presses universitaires de Rennes.
- Singer, A. (2009). Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos CEBRAP*, 83-102.
- Tausch, L., & Althouse, J. (2025). Ecologically unequal exchange (EUE) as a multi-tiered hierarchy : Investigating the interdependence of global and domestic environmental inequalities to explain China's rise. *Ecological Economics*, 235, 108644.
- Théret, B. (1996). Les structures élémentaires de la protection sociale. *Revue française des affaires sociales*, Vol. 50, n°4.
- Théret, B. (1997). Méthodologie des comparaisons internationales, approches de l'effet sociétal de la régulation : Fondements pour une lecture structuraliste des systèmes nationaux de protection sociale. *L'Année de la Régulation*, 1, 163-228.
- Thompson, E. P. (1971). The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century. *Past & Present*, (50), 76-136.
- Tilly, C. (1974). *Food Supply and Public Order in Modern Europe*. (S.l.): (s.n.). (Google-Books-ID: t0kzGwAACAAJ).
- van der Ploeg, J. D. (2008). *The New Peasantries, struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization*. (S.l.): Earthscan.
- van der Ploeg, Jan Douwe. (2018). From de-to repeasantization : The modernization of agriculture revisited. *Journal of Rural Studies*, 61, 236-243.
- van der Ploeg, Jan Douwe, & Schneider, S. (2022). Autonomy as a politico-economic concept : Peasant practices and nested markets. *Journal of Agrarian Change*, 22(3), 529-546.
- Wallerstein, I. (1974). *The Modern World-System I : Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Wilkinson, J. (2015). Food security and the global agrifood system : Ethical issues in historical and sociological perspective. *Global Food Security*, 7, 9-14.
- Wittman, H., & Blesh, J. (2017). Food Sovereignty and Fome Zero : Connecting Public Food Procurement Programmes to Sustainable Rural Development in Brazil. *Journal of Agrarian Change*, 17(1), 81-105.

# Anexo

Tabela A1 - Descrição dos instrumentos de políticas públicas constitutivos dos SNPSA francês e brasileiro. Fontes: (Delouette et al., 2025; Sencebe & Pinton, 2020)

| Setor da ação pública                                         | França                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Brasil                                                                                                                                                                                                                 |
|---------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1. Compras públicas / prestação de um serviço público</b>  | Serviços públicos de alimentação coletiva (cantinas escolares, hospitais, PNAE (Programa Nacional de Alimentação administrações) regulamentados pela Escolar). PAA (Programa de Aquisição de EGAlim. Programme Lait et fruits à Alimentos) quando abastece instituições ou l'école. Abastecimentos territorializados públicos específicos. Articulação com por meio de alguns PAT (Projets equipamentos públicos de segurança alimentar. Alimentaires Territoriaux).        |                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>2. Política assistencial / da demanda</b>                  | Ajuda alimentar prestada por associações habilitadas (Banques alimentaires, Restos <i>Bolsa Família</i> (transferência monetária du Cœur, Croix-Rouge, Secours condicionada recebida por 25% da população populaire). Mercearias sociais. Tarifação brasileira). <i>Bancos de Alimentos. Cozinhas social das cantinas. Mais indiretamente, o Solidárias. Cozinhas Comunitárias. Conforme a RSA como apoio monetário às famílias cidade, Restaurants Populaires. pobres.</i> |                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>3. Desenvolvimento rural / política da oferta</b>          | FEADER (Fonds européen agricole pour le développement rural): auxílios à PRONAF (crédito rural destinado à agricultura instalação. Apoio às cadeias produtivas familiar). ATER (Assistência Técnica e Extensão locais e a certas infraestruturas territoriais Rural) de abastecimento; assistência técnica.                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>4. Políticas ambientais aplicadas ao sistema alimentar</b> | EGAlim (produtos sustentáveis e de qualidade na alimentação coletiva), AGECE e combate ao desperdício. Écophyto, apoio à agricultura orgânica e ao projeto agroecológico.                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica). Retomada do PRONARA (Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos).                                                                                      |
| <b>5. Governança do SNPSA</b>                                 | SNANC (Stratégie nationale pour l'alimentation, la nutrition et le climat), PAT, coordenação entre agricultura, saúde, solidariedade social e coletividades, sem uma arquitetura unificada equivalente ao SISAN.                                                                                                                                                                                                                                                            | SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), conferências de SAN, articulação com PAA, PNAE e equipamentos públicos de alimentação. |